

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	10
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	15
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	16
2.5 Medições não contábeis	17
2.6 Eventos subsequentes as DFs	19
2.7 Destinação de resultados	20
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	23
2.10 Planos de negócios	24
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	26
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	27
5.2 Descrição dos controles internos	30
5.3 Programa de integridade	32
5.4 Alterações significativas	34
5.5 Outras informações relevantes	35

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia alcançou uma receita líquida de vendas de R\$217,39 milhões, um EBITDA de R\$17,21 milhões e um lucro líquido de R\$15,16 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia alcançou uma receita líquida de vendas de R\$245,67 milhões, um EBITDA de R\$35,34 milhões e um lucro líquido de R\$32,94 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contava com uma rede de distribuição de vendas com:

- (i) 165 revendas Exclusivas;
- (ii) 91 lojas Multimarcas e Pontos de Venda em Magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”);
- (iii) sendo 20 revendas exclusivas e 24 revendas multimarcas no exterior.

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o plano de negócio e cumprir as obrigações de curto e médio prazo. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento das atividades e cobrir a necessidade de recursos de curto e médio prazo. Adicionalmente, os Diretores consideram que o parque fabril apresenta condições suficientes para atender à atual demanda, comportando inclusive a expansão da capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante foi de R\$120,89 milhões (R\$105,57 milhões em 31 de dezembro de 2022) e superava em R\$37,40 milhões o passivo circulante de R\$83,28 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,45 (1,35 em 31 de dezembro de 2022), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a Companhia possui R\$1,45 de ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de empréstimos no curto prazo é de R\$4,74 milhões e de R\$49,22 milhões no longo prazo, totalizando R\$53,97 milhões (R\$10,00 milhões em 2022). O caixa líquido em 31 de dezembro de 2023 é de R\$15,79 milhões (R\$21,67 milhões em 31 de dezembro de 2022). A seguir elencamos alguns índices de liquidez, nos dois últimos exercícios sociais:

Índices de liquidez	2023	2022
Liquidez geral	0,98	1,50
Liquidez corrente	1,45	1,35
Liquidez seca	1,12	0,90

A seguir elencamos alguns índices de rentabilidade, nos dois últimos exercícios sociais:

Índices de rentabilidade	2023	2022
Retorno s/ patrimônio líquido	8,0%	17,5%
Margem líquida	7,0%	13,4%
Margem Bruta	35,4%	34,2%
Margem EBIT	3,8%	10,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A seguir elencamos dados do Patrimônio Líquido, Endividamento e Posição de caixa:

PL, Endividamento e Caixa Líquido	2023	2022
Patrimônio líquido	189.995	188.732
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	53.977	10.008
Caixa e equivalentes de caixa	26.100	23.528
Aplicações Financeiras	43.673	8.156

(b) estrutura de capital

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. Os investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro são realizados com recursos próprios, capital de terceiros é utilizado apenas quando as condições de contratação são vantajosas.

Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as obrigações referentes aos compromissos financeiros, bem como mantido a regularidade dos pagamentos desses compromissos.

Balanco patrimonial	2023	2022
Ativo circulante	120.689	105.572
Ativo não circulante	228.896	173.691
Passivo circulante	83.281	78.091
Passivo não circulante	76.309	12.440
Patrimônio líquido	189.995	188.732

Analizando a dívida e disponibilidade líquida ao longo dos períodos, os Diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir com os investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Se houver qualquer mudança no perfil da dívida, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e capital de giro, acredita-se ter capacidade para contratá-los junto a instituições financeiras de primeira linha.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

A Companhia detém capacidade de financiar as operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, pode recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento da administração para gerarem valor aos acionistas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem deficiências de liquidez, não teve no passado e não há indícios de que esta situação possa ocorrer. O capital de giro e os investimentos são financiados com recursos próprios.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 11 de janeiro de 2021, a Companhia firmou empréstimo com o Banco Santander no valor de R\$ 17.000 com taxa de juros de CDI+2,75% ao ano, pelo prazo de 48 meses, com amortização mensal do principal (carência de 6 meses) e dos juros, sendo a última amortização em 23 de dezembro de 2024, garantido por avalista mencionado nos termos do contrato firmado.

O empréstimo está classificado como passivo financeiro e foi reconhecido pelo valor justo no recebimento do recurso, líquidos dos custos de transação e após é apresentado pelo custo amortizado, isto é, acrescido de juros proporcionais ao período incorrido (*"pro-rata temporis"*). Em 12 de setembro de 2023, a Companhia obteve aprovação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para a consecução dos investimentos anunciados no quarto trimestre de 2021, no valor de R\$ 66.056 com taxa de juros de TR + 3,3% ao ano, pelo prazo de 97 meses, com amortização mensal do principal (carência de 24 meses) e dos juros. A liberação do valor financiado ocorrerá em 03 parcelas anuais, sendo 74,52% no primeiro ano, 18,48% no segundo e 7,00% no terceiro ano. Em 30 de outubro de 2023, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela, no valor de R\$ 49.228. O empréstimo está classificado como passivo financeiro e foi reconhecido pelo valor justo no recebimento do recurso, líquidos dos custos de transação e após é apresentado pelo custo amortizado, isto é, acrescido de juros proporcionais ao período incorrido (*"pro-rata temporis"*).

O objetivo da tomada destes recursos é modernizar o parque fabril para acompanhar a tendência da mudança no consumo dos produtos da Companhia e o saldo total dos empréstimos em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 53.977.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de empréstimos e financiamentos a pagar no valor de R\$53,98 milhões. A captação ocorreu para a aquisição de máquinas.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo convênio de Cessão de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (*"Santander Financiamentos"*) perante os revendedores Exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam dívida à Companhia, pois o financiamento é realizado diretamente entre os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Pela promoção da contração de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os revendedores Exclusivos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Existem limitações apenas quanto aos valores dessas operações, cuja autorização é de competência do Conselho de Administração, conforme descrito no Artigo 22 do Estatuto Social.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Esta seção trata da análise das demonstrações de resultado e fluxos de referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, além das variações percentuais para os respectivos períodos. As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e em IFRS, e auditadas pelos auditores independentes da Companhia.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas regulamentares da CVM e pelos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2023	AV ⁽¹⁾ (%)	2022	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2023/2022
Receita Bruta de Vendas ex-IPI	261.976	120,5%	298.655	121,6%	(36.679)	-12,3%
Mercado interno	219.598	101,0%	257.859	105,0%	(38.261)	-14,8%
Mercado externo	42.378	19,5%	40.796	16,6%	1.582	3,9%
Deduções de vendas	(44.579)	-20,5%	(52.977)	-21,6%	8.398	-15,9%
Receita líquida de vendas	217.397	100,0%	245.678	100,0%	(28.281)	-11,5%
Custo dos produtos vendidos	(140.332)	-64,6%	(161.703)	-65,8%	21.371	-13,2%
Lucro bruto	77.065	35,4%	83.975	34,2%	(6.910)	-8,2%
Despesas com vendas	(53.803)	-24,7%	(49.411)	-20,1%	(4.392)	8,9%
Despesas gerais e administrativas	(18.763)	-8,6%	(18.682)	-7,6%	(81)	0,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.753	1,7%	10.200	4,2%	(6.447)	-63,2%
Lucro Operacional	8.252	3,8%	26.082	10,6%	(17.830)	-68,4%
Despesas financeiras	(6.339)	-2,9%	(7.272)	-3,0%	933	-12,8%
Receitas financeiras	11.524	5,3%	16.106	6,6%	(4.582)	-28,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.437	6,2%	34.916	14,2%	(21.479)	-61,5%
Imposto de renda e contribuição social	1.730	0,8%	(1.969)	-0,8%	3.699	-187,9%
Correntes	868	0,4%	(4.202)	-1,7%	5.070	-120,7%
Diferidos	862	0,4%	2.233	0,9%	(1.371)	-61,4%
Lucro líquido do exercício	15.167	7,0%	32.947	13,4%	(17.780)	-54,0%

(1) Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

(2) Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita Bruta de Vendas

A receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$261,97 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma redução de 12,3% ou R\$36,67 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2022. A receita bruta do mercado interno representou 83,82% e do mercado externo 16,18% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e 86,34% e 13,66%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Mercado Interno

Ao final de 2022, quando projetamos o ano de 2023, imaginávamos um cenário diverso ao concretizado. Percebemos uma mudança no hábito do consumidor, possivelmente provocado pelos juros elevados e pela redução da confiança do consumidor frente ao cenário econômico e político do país, que, pode não impactar diretamente algumas de nossas marcas, mas empresta um certo pessimismo ao cenário macro.

Dessa forma, observamos duas vertentes distintas em nosso negócio. Se, por um lado, o consumidor estava presente às lojas, assinando contratos e impulsionando a venda *sell out*, do outro, o *sell in* andava a passos lentos. Grande parte, por conta de o consumidor estar alongando as etapas das obras para administração de fluxo de caixa, crédito etc. Além disso, observamos diversos atrasos na entrega de imóveis pelo país. Assim, o ano concretizou-se com um bom desempenho para a venda nas lojas, entretanto, oposto ao resultado para o *sell in*, que é a geração de receita para a Unicasa.

No segmento corporativo, a redução é oriunda de um cliente que a Companhia teve em 2022, e o segmento multimarcas reflete mais diretamente o impacto da redução do crédito disponível ao consumidor, provocado, principalmente, pelo alto endividamento das famílias e inadimplência.

Ainda, temos impactos significativos na receita em função do encerramento de lojas, em 2022, que, consistentemente, não estavam atendendo aos critérios de qualidade de atendimento a consumidores, e, do encerramento da marca Favorita. Decisões em consonância com o planejamento estratégico da Companhia.

A Companhia encerrou o ano de 2023 com fechamento líquido de 30 lojas. As aberturas, totalizaram 13 revendas.

Mercado Externo

A receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$ 42,37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou um crescimento de 3,9%, comparados aos R\$40,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A receita oriunda das nossas lojas próprias nos Estados Unidos, em dólar, cresceu 18%, operação maturando de acordo com nossa expectativa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custos dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$140,33 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma redução de 11,5% ou R\$21,37 milhões, comparado aos R\$161,70 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O custo dos produtos vendidos em 2023 representou 64,55% da receita líquida de vendas e 65,82% no ano de 2022.

Lucro Bruto

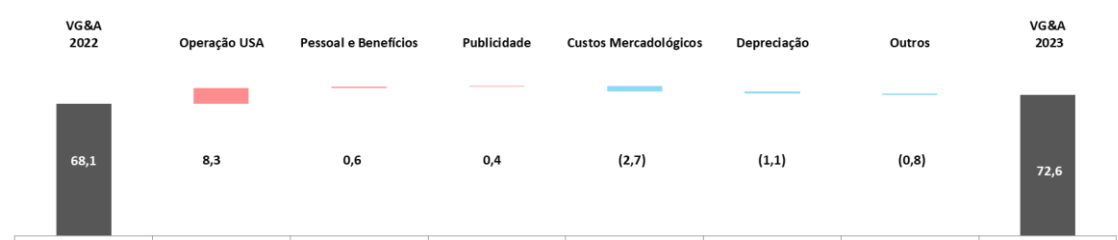
O lucro bruto atingiu R\$77,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma redução de 8,2% ou R\$6,91 milhões, comparados aos R\$83,97 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A margem bruta aumentou 1,2 p.p., passando de 34,2% para 35,4%. A variação na margem é decorrente, principalmente, dos resultados obtidos na operação dos Estados Unidos, a receita dessa unidade de negócio cresceu 13%, enquanto a margem aumentou significativamente em função do mix da variação do mix de clientes, em 2022 com representatividade maior de clientes corporativos e em 2023 com o consumidor final representando a maioria das transações.

Despesas e Receitas Operacionais

As despesas operacionais atingiram R\$68,81 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento de 18,86% ou R\$10,92 milhões, comparados aos R\$57,89 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, correspondendo nos respectivos períodos, a 31,6% e 23,5% da receita líquida de vendas.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$72,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou um aumento de 6,6% em relação aos R\$68,1 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, correspondendo nos respectivos períodos a 33,3% e 27,7% da receita líquida de vendas. Essa queda decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:



- I. Em relação aos Estados Unidos, a operação cresceu significativamente em termos operacionais, em 2022 não possuíamos lojas próprias. Ao longo de 2023, acrescentamos 3 lojas próprias, incluindo a abertura de nossa principal loja, a Dell Anno Nova Iorque. Portanto, as despesas com essa operação cresceram em termos de aluguel, pessoal, seguros etc. Nos EUA, terminamos o ano com 15 funcionários (8 em 2022).
- II. A despesa com salários aumentou devido ao dissídio da categoria. O número médio de funcionários no Brasil manteve-se no mesmo patamar.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- III. As despesas com publicidade aumentaram, principalmente, devido às ações envolvendo a nova loja da Dell Anno de Nova Iorque.
- IV. A redução das despesas variáveis (custos mercadológicos) decorre do mix de cliente transacionado e de eficiências operacionais.
- V. A depreciação reduziu em virtude do término da vida útil de um fundo de comércio em julho de 2022.
- VI. Nas outras despesas, a principal redução refere-se aos gastos com assessorias oriundas dos ganhos dos processos tributários em 2022.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

As outras receitas e despesas operacionais, líquidas, atingiram R\$3,75 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma redução de 63,2%, comparado aos R\$10,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando respectivamente 1,7% e 4,2% da receita líquida de vendas. A principal variação nesta rubrica, refere-se aos ganhos da recuperação de créditos fiscais oriundos do Processo PIS/COFINS.

Lucro (Prejuízo) operacional

O resultado operacional foi de lucro de R\$8,25 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma redução de 68,4% ou R\$17,83 milhões, comparando com R\$26,08 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, correspondendo, nos respectivos períodos, a 3,8% e 10,6% da receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras atingiram R\$6,33 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma queda de 12,8% ou R\$0,93 milhão comparados aos R\$7,27 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. As despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 corresponderam, respectivamente a 2,9% e 3,0% da receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras atingiram R\$11,52 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma redução de 28,4% ou R\$4,58 milhões, comparados aos R\$16,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Contribuiu para este resultado (i) Em 2022, na linha de Outras receitas financeiras, foi registrada atualização monetária referente aos créditos fiscais oriundos do Processo PIS/COFINS e Processo da inflação nas aplicações financeiras; (ii) redução de R\$ 1,6 milhão no rendimento de aplicações financeiras, devido ao menor saldo médio em investimentos em 2023. Essa redução deve-se ao menor volume de adiantamento de cliente e aos dispêndios relativos aos investimentos que estamos executando na fábrica.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, corresponderam, respectivamente, a 5,3% e 6,6% da receita líquida de vendas.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social foi de R\$13,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma redução de 61,5% ou R\$21,48 milhão, comparados ao lucro antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$34,91 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, correspondendo, nos respectivos períodos a 6,2% e 14,2% da receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A taxa efetiva do exercício de 2023 foi de -12,88%, enquanto no exercício de 2022 foi de 5,6%. A variação da taxa efetiva pode ser observada na Nota Explicativa 14 das Demonstrações Financeiras. Este resultado decorre principalmente dos benefícios fiscais do Juro sobre Capital Próprio; recuperação do IR sobre o crédito presumido de ICMS dos últimos 5 (cinco) anos; além dos demais benefícios identificados na referida nota explicativa.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$15,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma redução de 54,0% ou R\$17,78 milhões, comparado com o lucro líquido de R\$32,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 correspondendo, nos respectivos períodos a 7,0% e 13,4% da receita líquida de vendas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise de fluxos de caixa referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.2

A tabela abaixo demonstra os componentes do fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

Caixa Líquido	31/12/2023	31/12/2022	Δ
Dívida de Curto Prazo	4.749	5.264	+10,8%
Dívida de Longo Prazo	49.228	4.744	-90,4%
Dívida Bruta	53.977	10.008	-81,5%
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.100	23.528	-9,9%
Aplicações Financeiras	43.673	8.156	-81,3%
Dívida Líquida / (Caixa excedente)	(15.796)	(21.676)	+37,2%

Fluxo de caixa	2023	2022	Δ
Fluxo de caixa das atividades operacionais	20.591	46.259	+124,7%
Variação nos ativos e passivos	21.200	(40.186)	-289,6%
Aplicações financeiras	(35.517)	23.324	-165,7%
Fluxo de caixa nas atividades de investimento	(35.201)	(53.549)	+52,1%
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	30.886	(12.814)	-141,5%
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	613	244	-60,2%
Aumento (redução) de caixa	2.572	(36.722)	-1527,8%
Aplicações financeiras	35.517	(23.324)	-165,7%
Aumento (redução) de caixa e aplicações financeiras	38.089	(60.046)	-257,6%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiu o valor de R\$41,79 milhões e R\$6,07 milhões, respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o fluxo de caixa consumido das atividades de investimento foi de R\$70,71 milhões, sendo R\$35,51 milhões aplicados nas aplicações financeiras e R\$32,07 milhões referentes a aquisição de imobilizado.

Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento

Em 2023, a Companhia captou R\$49,22 milhões em empréstimos para aquisição de imobilizado, em 2023 pagou: juros no montante de R\$6,66 milhões e juros sobre o capital próprio, R\$10,61 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Receita Bruta de Vendas

É composta pela receita bruta de vendas realizadas no mercado interno e mercado externo, de móveis planejados por meio de revendas Exclusivas, lojas Multimarcas e Lojas Próprias, através das marcas Dell Anno, New, Casa Brasileira e do segmento de venda Unicasa Corporate. A receita de venda de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quanto aos riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Mercado Externo

As vendas no mercado externo correspondem às vendas dos produtos no exterior, nos seguintes 11 países: Canadá, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos da América, Guatemala, México, Paraguai, Porto Rico, Portugal, Uruguai e Venezuela.

Deduções

Impostos sobre vendas

Sobre a receita bruta de vendas no mercado interno incidem tributos não cumulativos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65% e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, também incidem o ICMS, com alíquota de 7% a 20% dependendo do estado de destino, bem como o IPI à alíquota de 3,25%. A partir do exercício de 2018, a Companhia passou a recolher a Contribuição Previdenciária com base na folha de pagamento, conforme faculdade prevista na Lei 12.546/2011. Dessa forma, não há mais a dedução desse imposto na receita da Companhia, passando a ser registrado como uma obrigação social junto aos Salários e Encargos da folha de pagamento. Sobre a receita de vendas para o mercado externo não há incidência de PIS, COFINS, IPI, ICMS e CPRB.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções ocorrem quando os clientes decidem substituir total ou parcialmente produtos eventualmente avariados ou em desacordo com o pedido. Os abatimentos, originados pelas devoluções, são concedidos na forma de créditos a serem deduzidos no título de crédito correspondente ou descontados em pedidos futuros. Historicamente as devoluções e abatimentos não são relevantes, correspondendo a 0,1% e 0,2% da receita líquida de vendas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 respectivamente.

Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros de mercado (Selic), aplicado sobre o prazo de vencimento de cada parcela da venda, que reflete o risco de cada transação dos respectivos ativos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Despesas e Receitas operacionais

Despesas com vendas

As maiores despesas com vendas estão relacionadas a:

- (i) propaganda e marketing, feiras e exposições;
- (ii) gastos com pessoal;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: viagens e estadias, despesas com clientes e amortização e aluguel de pontos comerciais;
- (iv) serviços de terceiros tais como: fretes sobre as vendas de produtos, assessorias e serviços de montagem de móveis;
- (v) comissões sobre vendas para os representantes comerciais autônomos e para os vendedores das lojas próprias; e,
- (vi) despesas com depreciação e amortização.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas a:

- (i) gastos com pessoal;
- (ii) serviços de terceiros tais como: serviços jurídicos, auditores externos e consultorias diversas, despesas de informática e manutenção dos sistemas de gestão e controle;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: indenização a consumidores e lojistas e provisões;
- (iv) depreciações.

Outras receitas operacionais, líquidas

As outras receitas operacionais, líquidas decorrem principalmente de:

- (i) prêmio bancário sobre as receitas financeiras auferidas pelo banco que financia os consumidores finais, conforme convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos;
- (ii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia; e,
- (iii) resultado da venda de ativos mantidos para venda.

Despesas financeiras

As despesas financeiras incluem principalmente gastos com IOF e tarifas bancárias, juros sobre financiamentos, descontos concedidos, variações cambiais e ajuste a valor presente calculado sobre parcelamentos a receber de clientes e empréstimos concedidos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras incluem principalmente juros moratórios recebidos de clientes provenientes de pagamento de duplicatas com atraso, atualização monetária dos créditos recuperados via processos judiciais, variações cambiais e rendimento sobre aplicações financeiras, além do ajuste a valor presente calculado sobre os ativos de curto e longo prazo.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável que exceder R\$0,24 milhão para Imposto de Renda e 9,0% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para anular a diferença temporária entre base fiscal e societária.

(ii) Fatores que alteram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da companhia vem sendo afetado, principalmente, pela variação da receita bruta, despesas com vendas, gerais e administrativas e eventos não recorrentes.

Abaixo segue quadro comparativo da receita bruta de vendas nos últimos três exercícios:

Receita Bruta de Vendas Ex-IP	2023	2022	2021
Receita Bruta de Vendas Ex-IP	261.976	298.655	267.233
Mercado Interno	219.598	257.859	233.677
Exclusivas	182.969	200.021	184.508
Multimarca	22.897	32.594	34.903
Unicasa Corporate	12.004	21.886	10.832
Outras Receitas	1.729	3.358	3.434
Mercado Externo	42.378	40.796	33.556

As variações nas despesas com vendas, gerais e administrativas estão descritas no item 2.1 (h) do Anexo I.

Os eventos não recorrentes que compõe os Resultados Operacionais nos anos de 2023 e 2022 foram:

- (i) Processo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no primeiro trimestre de 2022, no valor de R\$7,2 milhões; e,

Abaixo apresentamos o sumário executivo e o sumário executivo ajustado, que desconsidera os efeitos dos eventos não recorrentes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Sumário Executivo

Sumário Executivo	2022	2023	Δ
Receita Bruta ex-IPI	298.655	261.976	-12,3%
Receita líquida	245.678	217.397	-11,5%
CPV	(161.703)	(140.332)	-13,2%
Lucro bruto	83.975	77.065	-8,2%
Margem Bruta	34,2%	35,4%	+1,2 p.p.
Despesas com Vendas e Administrativas	(68.093)	(72.566)	+6,6%
Outras receitas e despesas operacionais	10.200	3.753	-63,2%
Resultado operacional	26.082	8.252	-68,4%
Margem Operacional	10,6%	3,8%	-6,8 p.p.
Resultado Financeiro	8.834	5.185	-41,3%
LAIR	34.916	13.437	-61,5%
IR/CS	(1.969)	1.730	-187,9%
Lucro líquido	32.947	15.167	-54,0%
Margem Líquida	13,4%	7,0%	-6,4 p.p.
EBITDA	35.345	17.213	-51,3%
Margem EBITDA	14,4%	7,9%	-6,5 p.p.
ROIC - UDM	17,5%	6,9%	-10,5 p.p.

Sumário Executivo Ajustado

Sumário Executivo - Ajustado	2022	2023	Δ
Receita Bruta ex-IPI	298.655	261.976	-12,3%
Receita líquida	245.678	217.397	-11,5%
CPV	(161.703)	(140.332)	-13,2%
Lucro bruto	83.975	77.065	-8,2%
Margem Bruta	34,2%	35,4%	+1,3 p.p.
Despesas com Vendas e Administrativas	(67.263)	(72.566)	+7,9%
Outras receitas e despesas operacionais	3.048	3.753	+23,1%
Resultado operacional	19.760	8.252	-58,2%
Margem Operacional	8,0%	3,8%	-4,2 p.p.
Resultado Financeiro	6.797	5.185	-23,7%
LAIR	26.557	13.437	-49,4%
IR/CS	(5.295)	1.730	-132,7%
Lucro líquido	21.262	15.167	-28,7%
Margem Líquida	8,7%	7,0%	-1,7 p.p.
EBITDA	29.023	17.213	-40,7%
Margem EBITDA	11,8%	7,9%	-3,9 p.p.
ROIC - UDM	10,9%	6,9%	-4,0 p.p.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Durante o ano de 2023, a Companhia realizou apenas um ajuste de preços, assim como no ano de 2022 quando a Companhia manteve apenas um reajuste.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício de 2024, a Companhia está preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices e seus efeitos no custo dos seus produtos.

A flutuação da taxa de juros (SELIC) no país tem impactado, principalmente, o aumento das receitas oriundas de aplicações financeiras.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas da CVM, observando as diretrizes contábeis manadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.641 e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Não houve modificação nas práticas contábeis por nós adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras relativas aos três últimos exercícios fiscais, as quais foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Estas demonstrações, portanto, estão apresentadas em bases consistentes. Não houve alterações em práticas contábeis sobre as Demonstrações Financeiras referentes aos três últimos exercícios fiscais.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas presentes nos pareceres emitidos pelos auditores independentes para os três últimos exercícios fiscais.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

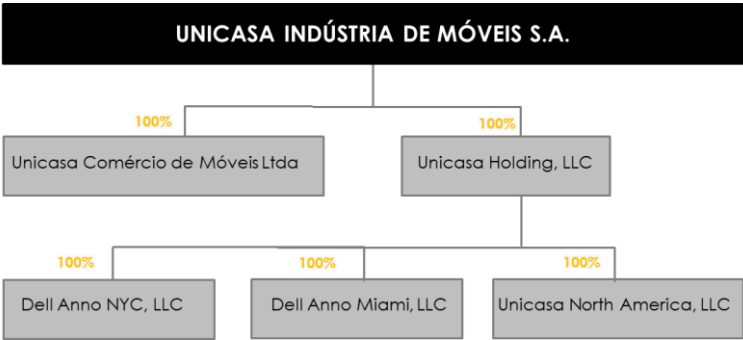
Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Como parte do plano de expansão da marca Dell Anno para o mercado norte americano, em 2022 assinou-se contrato de aluguel de um ponto de venda na cidade de Nova Iorque. Com aproximadamente 300 m² de área de venda, a loja está localizada em um dos principais polos de móveis de Nova Iorque, a cerca de 200 metros do Madison Square Park e da Quinta Avenida. Em outubro de 2023, abrimos oficialmente a operação em um evento que reuniu arquitetos, corretores e parceiros locais.

Em janeiro de 2023, a loja Dell Anno em Miami, na Flórida, que antes era exclusiva, foi convertida em loja própria, sob a razão social Dell Anno Miami, LLC. Localizada no *Design District*, a loja possui cerca de 500 m² de área de venda.

Assim a estrutura societária da Companhia apresenta-se da seguinte forma



Os efeitos dessas participações acionárias podem ser observados na linha de investimentos no balanço da Controlada e no balanço Consolidado. Seus efeitos são registrados através do método da equivalência patrimonial, conforme estabelece o CPC 18.

(c) eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

2.5 Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

O EBITDA é calculado conforme disposto no artigo 3º da Resolução CVM Nº 156 de 23 de junho de 2022, que é definido como o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. A margem EBITDA consiste na divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas. O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de desempenho operacional ou liquidez. Adicionalmente, o EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA utilizada pela Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, gastos de capital e outros encargos relacionados. Na Companhia, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional e liquidez.

	<i>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</i>		
	2023	2022	2021
EBITDA (em R\$ mil)	17.213	35.345	39.582
Margem EBITDA ⁽¹⁾	7,9%	14,4%	17,9%

⁽¹⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das Demonstrações Financeiras auditadas

Demonstração do EBITDA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R\$ Mil)	2023	2022	2021
(+) Lucro líquido do exercício	15.167	32.947	25.938
(-) Despesas financeiras	(6.339)	(7.272)	(5.290)
(-) Receitas financeiras	11.524	16.106	9.996
(-) Imposto de renda e contribuição social	1.730	(1.969)	(8.929)
(+) Depreciações e amortizações	8.961	9.263	9.421
(=) EBITDA	17.213	35.345	39.582
Receita líquida de vendas	217.397	245.678	220.643

⁽¹⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

2.5 Medições não contábeis

(c) explicar o motivo pelo qual tal medição é a mais apropriada para correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho operacional e liquidez pela administração, motivo pelo qual é importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. O EBITDA funciona como indicador de desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do Imposto de Renda e da Contribuição Social ou dos níveis de depreciação e amortização. A administração acredita que o EBITDA é uma medida apropriada para aferir o desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. Adicionalmente, o EBITDA é frequentemente utilizado por analista de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão do desempenho operacional da Companhia, bem como, na comparação com o desempenho operacional de outras empresas.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 25 de abril de 2016 a Companhia impetrou mandado de segurança a fim de afastar a incidência do PIS, COFINS, IRPJ e da CSLL, sobre os créditos presumidos do ICMS. Obtendo sentença favorável com trânsito em julgado em 06 de fevereiro de 2023. O crédito líquido reconhecido em 2023 foi de R\$ 1,603 milhão.

2.7 Destinação de resultados

a) regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Além disso, nos 3 últimos exercícios sociais, o Estatuto Social da Companhia estabelecia que do resultado do exercício deveriam ser deduzidas:

- (i) a participação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido após a dedução da provisão para Imposto de Renda, aos administradores no exercício da função, conforme permite o disposto no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) a reserva legal, prevista no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) as reservas estatutárias e para contingências, se houvessem, constituídas na forma prevista nos artigos 194 e 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) a retenção de lucros, se houvesse, aprovada por Assembleia com obediência aos requisitos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) a reserva de lucros a realizar e as reservas de capital (artigos 197 e 200 da Lei das Sociedades por Ações); e
- (vi) o dividendo mínimo obrigatório, era fixado pelo Estatuto Social da Companhia em 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, passado para 25% em fevereiro de 2012, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a Companhia poderia imputar Juros sobre o Capital Próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório, na forma e nos limites da lei. Os lucros remanescentes deveriam ter a destinação que aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria.

Apresentamos abaixo as informações que refletem as distribuições dos lucros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício	2023 em reais	2022 em reais
Lucro líquido do período	15.166.689,05	32.946.981,29
Reserva legal (5%)	758.334,45	1.647.349,06
Lucro líquido ajustado	14.408.354,60	31.299.632,23
Dividendo obrigatório - 25%	3.602.089,00	7.824.908,00
Dividendos em excesso ao obrigatório	9.674.661,53	4.176.375,70
Retenção de Lucros	1.131.604,07	19.298.348,53
Total destinado	14.408.354,60	31.299.632,23
Forma de distribuição		
Juro sobre o capital próprio	13.276.750,53	12.001.283,70
Total proposto por ação	0,200900000	0,181600000

2.7 Destinação de resultados

b) Regras sobre distribuição de dividendos:

No exercício social de 2011, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido em no Estatuto Social da Companhia era de 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, passando para 25% em fevereiro de 2012 nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sendo facultado imputar Juros sobre o Capital Próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório na forma e nos limites da lei.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 2 exercícios sociais, a distribuição dos dividendos foi realizada anualmente, por deliberação da Assembleia Geral, com base na proposta da Diretoria. Ainda, o Estatuto Social da Companhia permite a declaração de dividendos intermediários, baseado em balanços semestrais ou de períodos inferiores, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações a este respeito. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Nos últimos 2 exercícios sociais, não existiam restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável a nós, assim como não existiam restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

Na data deste documento, a Companhia não tinha quaisquer ativos, passivos ou operações não registradas nas Demonstrações Financeiras, incluindo *off-balance sheet items*.

(b) outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras do emissor

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

(b) natureza e propósito da operação

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

2.10 Planos de negócios

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2021, a Companhia iniciou a execução de seu planejamento estratégico em relação a investimentos fabris para permitir o crescimento sustentável da Companhia, alinhado às demandas dos consumidores, que tem exigido cada vez mais personalização dos produtos, demandando maior flexibilidade fabril para entregar uma gama ampla e diferenciada de padrões e tamanhos. O investimento total é de, aproximadamente, €14,9 milhões.

No início do ano de 2021 captamos R\$17 milhões em empréstimo e no dia 28 de maio de 2021, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a execução de €7 milhões. O restante, envolve aquisições individualmente menores que não ensejam aprovação formal em Conselho de Administração e serão executadas ao longo de 2022 a 2025.

Em 12 de setembro de 2023, a Companhia obteve aprovação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para a consecução dos investimentos anunciados no quarto trimestre de 2021, no valor de R\$ 66 milhões. A liberação do valor financiado ocorrerá em 03 parcelas anuais, sendo 74,52% no primeiro ano, 18,48% no segundo e 7,00% no terceiro ano. Em 30 de outubro de 2023, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela, no valor de R\$ 49 milhões.

Na tabela abaixo informamos os investimentos realizados no ativo imobilizado e no intangível nos últimos três exercícios sociais:

CAPEX	2023	2022	2021
Imobilizado	32.070	53.000	30.950
Intangível	3.131	549	637
Total	35.201	53.549	31.587

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições financeiras de concluir todos os investimentos em andamento, bem como realizar os previstos para os próximos anos, com recursos próprios. Entretanto, devido ao custo de oportunidade, no início de janeiro de 2021, a Companhia contraiu empréstimo de R\$17 milhões. Em setembro de 2023, a Companhia obteve aprovação de R\$ 66 milhões junto ao Finep para aquisição de máquinas, conforme comentado no item anterior.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui quaisquer desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

2.10 Planos de negócios

(b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Vide item 2.10 a) i).

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os projetos de pesquisa da Companhia estão voltados tanto para a melhoria dos produtos existentes e lançamento de produtos inovadores quanto para a otimização das etapas do processo produtivo utilizados no processo de fabricação. Entre eles:

(i) implantação de tecnologias para acabamentos próximos das técnicas manuais de fabricação, como a marcenaria, visando maior personalização e qualidade do produto final;

(ii) melhorias no sistema de produção *just in time* viabilizando a produção de produtos de acordo com os pedidos dos clientes;

(iii) melhoria do *layout* dos setores de produção visando maior eficiência do fluxo produtivo;

(iv) melhoria nos sistemas para o controle de acondicionamento de peças e acessórios embarcados juntos com os módulos de móveis;

(v) busca de diferenciais competitivos em parceria com os fornecedores para padronagem dos desenhos, cores, texturas, modulação, sistemas de ferragens, acessórios, acabamentos e complementos; e

(vi) pesquisas de mercado para avaliação do posicionamento e de preferência dos consumidores para cada marca, tanto no mercado interno como no mercado externo.

Essas atividades nos permitiram elevar a produtividade, minimizar o desperdício de matéria prima, melhorar o controle de custos e prazos de embarque, elaborar um planejamento eficaz do quadro de pessoal envolvido no processo produtivo e expandir em melhorias e soluções inovadoras as linhas comercializadas, aumentando assim também o ganho de mercado, com maior assertividade de posicionamento e aceitação junto ao público pretendido por cada marca.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia, por não atenderem aos critérios de capitalização, foram reconhecidos no resultado do exercício de 2023 e 2022 no montante de R\$ 1,87 milhões e R\$ 2,39 milhões respectivamente.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não ocorreram oportunidades relacionadas a questões ASG inseridas no plano de negócio da Companhia.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

No dia 11 de janeiro de 2021, a Companhia contratou no Banco Santander um empréstimo de R\$17 milhões com taxa de juros de CDI+2,75% ao ano, pelo prazo de 48 meses, com amortização mensal do principal (carência de 6 meses) e dos juros, sendo a última amortização em 23 de dezembro de 2024.

Durante o ano de 2023, aprovamos nosso projeto de investimento fabril junto ao FINEP. Do qual, a Companhia recebeu, em outubro de 2023, a primeira tranche, no valor de R\$49,2 milhões, do financiamento aprovado de R\$66 milhões.

Contratou-se os referidos empréstimos para aquisição de máquinas, esta aquisição objetiva modernizar o parque fabril para acompanhar a tendência da mudança no consumo dos produtos da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2021.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para quais se busca proteção

Estratégico: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade;

Operacional: riscos relacionados à operação da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia. Podem se manifestar de diversas maneiras, como por exemplo, atos fraudulentos, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade de produzir e/ou distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos, resultando em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais;

Financeiro: está associado à exposição das operações financeiras/contábeis da Companhia e confiabilidade do balanço patrimonial. Pode se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia a multas e penalidades

Regulatório ou Compliance: riscos relacionados ao cumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação, leis gerais, nacionais e internacionais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal), acordos, regulamentos, Código de Conduta e/ou demais políticas;

Socioambiental: risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade; e

Risco de Imagem: possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

Risco da Informação: trata-se do risco associado à perda ou uso indevido de dados pessoais confidenciais ou informações confidenciais, podendo ameaçar os negócios e prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de Tecnologia da Informação: trata-se do risco de a Companhia incorrer falhas em seus sistemas de tecnologia da informação que impactem os negócios e atividades da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os gestores e funcionários da Companhia possuem domínio sobre os riscos e implementação das ações corretivas em suas áreas para mitigar os riscos identificados. A Companhia estabelece funções de gerenciamento de riscos e conformidade para desenvolver e/ou monitorar os controles exercidos pelos gestores e colaboradores, como por exemplo as áreas de Auditoria Interna, Segurança da Informação, Controladoria e Jurídico.

Os auditores internos avaliam, anualmente, a forma com os gestores e funcionários executam os controles internos, fornecendo ao Comitê de Auditoria e à administração avaliações sobre o ambiente de controles internos.

Anualmente, a auditoria interna aprova com o Comitê de Auditoria o planejamento anual da revisão dos controles internos. E, ao final do ciclo, apresenta as recomendações de melhoria ao Comitê de Auditoria. O Comitê, avaliando os resultados, reporta ao Conselho de Administração as recomendações, que são encaminhadas à Diretoria Executiva para as devidas providências.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia executa o gerenciamento dos riscos através: (i) do Conselho de Administração, responsável por aprovar a política de gestão de riscos e assegurar a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos; (ii) da Diretoria Executiva, responsável por revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gestão do risco, definir o apetite de riscos e apoiar o aculturação de gerenciamento de riscos; (iii) da Auditoria Interna, responsável por avaliar a eficácia do modelo de gestão de riscos, estabelecendo a metodologia de gerenciamento de riscos e disseminar a cultura de gerenciamento de riscos; e, (iv) do Comitê de Auditoria, responsável por revisar e aprovar o apetite de riscos e a avaliação dos riscos.

Em Reunião do Conselho de Administração de 27 de abril de 2022, a Companhia aprovou a constituição do Comitê de Auditoria não estatutário e a contratação de empresa de Auditoria Independente registrada na CVM para execução da função de auditoria interna

As principais atribuições do Comitê de Auditoria são:

- Opinar, em parecer fundamentado, sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- Acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos, de riscos e de compliance da Companhia;
- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Unicasa;
- Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

A Companhia implementou em 01 de maio de 2022 o Canal de Denúncias independente e terceirizado, que garante segurança, confidencialidade e anonimato, para uso de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

colaboradores ou de pessoas externa à organização, que tenham conhecimento ou suspeita de atos em desacordo com o Código de Conduta da Companhia. As apurações aos fatos denunciados são conduzidas pelo Comitê de Ética, criado em 27 de abril de 2022 na Reunião do Conselho de Administração.

Na avaliação do Comitê de Auditoria, o orçamento e a estrutura da área de auditoria interna da Companhia estão adequados ao seu ramo de atividade e volume das operações.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia implementou a área de Auditoria Interna em 27 de abril de 2022 em Reunião do Conselho de Administração, tendo desenvolvido um plano de trabalho para os três anos seguintes. Sendo a matriz de risco levantada no primeiro ano e os dois seguintes destinado a revisar o ambiente de controles internos para mitigar os riscos identificados. Até o momento, a Diretoria entende, conforme reportado pela auditoria interna aos órgãos competentes, que o ambiente de controles internos está adequado ao tipo de atividade e volume das operações da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia utiliza sistemas integrados de gestão que asseguram padronização, eficiência, segurança e consistência nas transações e seus registros. Para garantir a integridade desses sistemas, a empresa controla rigorosamente os acessos e a rastreabilidade das transações.

As principais informações sobre as operações e resultados são disponibilizadas diariamente aos gestores da Companhia para acompanhamento e direcionamento de ações, incluindo comparativos entre o projetado e o realizado do período.

Para elaboração das demonstrações contábeis e gerenciais, as áreas de controlaria e contabilidade validam as informações e asseguram sua consistência. Todas as linhas de resultado de cada centro de custos são disponibilizadas para os respectivos gestores, que analisam as informações e contribuem para assegurar a consistência dos números reportados. Reuniões periódicas entre os gestores e a administração reforçam a consistência e segurança do ambiente de controle.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, os sistemas de informações estão configurados para disponibilizar informações de acordo com as normas e padrões contábeis definidos pelos órgãos reguladores. No processo de elaboração, as revisões e análises são realizadas pelo departamento contábil. A aprovação das demonstrações contábeis passa ainda pela Diretoria e pelo Comitê de Auditoria, pelo Conselho Fiscal (quando instalado), sendo finalmente aprovadas pelo Conselho de Administração. Anteriormente à divulgação, as demonstrações contábeis são examinadas por auditores independentes, os quais emitem um relatório de opinião sobre a adequação delas às normas contábeis vigentes no país.

Complementam as estruturas de controle, a Auditoria Interna que executa trabalhos com o objetivo de identificar oportunidades e sugerir melhorias nos processos de gestão e controle, apresentando à Diretoria Executiva e ao Comitê Auditoria os resultados das avaliações realizadas. Como parte integrante dos trabalhos de revisão das Demonstrações Contábeis, a Auditoria Externa realiza testes no ambiente de controles internos da Companhia afim de verificar sua consistência e segurança para a geração de Demonstrações Contábeis confiáveis e emite o Relatório Circunstanciado, no qual identifica os pontos de melhoria do ambiente de controles. Como último passo, as Demonstrações Contábeis da Companhia são aprovadas em Assembleia Geral dos Acionistas.

Com base nos relatórios e apontamentos das áreas de Auditoria Interna e da Externa não é de conhecimento da Diretoria da Companhia quaisquer deficiências nos controles internos considerada como grau de risco relevante a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Contábeis.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

Nas estruturas de controles voltadas à asseguuração da elaboração das Demonstrações Contábeis, a Companhia tem a área de Controladoria, cujo objetivo está voltado para geração de informações sobre o desempenho dos negócios, orientação e coordenação do orçamento anual e aplicação de controles na utilização dos recursos. A área de Contabilidade elabora as demonstrações contábeis e gestão tributária. As informações geradas por ambas as áreas fazem parte do acompanhamento diário dos gestores sobre o desempenho de suas respectivas áreas.

5.2 Descrição dos controles internos

Assim, as estruturas e órgãos da administração que suportam a integridade e validação dos processos, controles e informações relacionadas às Demonstrações Contábeis são: Contabilidade, Controladoria, Auditoria Interna, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal (quando instalado) e Conselho de Administração.

A Auditoria Interna desempenha suas atividades com base em planejamento anual, aprovado pelo Comitê de Auditoria. Anualmente, os resultados dos trabalhos são reportados ao Comitê de Auditoria.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de supervisão e acompanhamento da eficiência dos controles internos voltados à elaboração e asseguarção das Demonstrações Contábeis está descrito nos itens a e b acima. No ambiente de controles da Companhia, assumem responsabilidade pelo acompanhamento o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Diretor Presidente, demais diretores, os membros do Conselho de Administração, os integrantes do Comitê de Auditoria e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado.

O Comitê de Auditoria, através da Auditoria Interna e auditores independentes, monitora e supervisiona o tratamento dos riscos corporativos e a eficiência dos controles internos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro 2023 auditados pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

A Administração concorda com o relatório do Auditor Independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores possuem baixa probabilidade e impacto para distorcer as Demonstrações Contábeis.

5.3 Programa de integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

O Código de Conduta da Companhia foi revisado e aprovado em 13 de dezembro de 2021, contemplando a conduta com o setor público.

Ele prevê que *“Toda e qualquer interação ou comunicação com agentes ou órgãos públicos deve ser conduzida de forma ética, profissional, transparente, em conformidade com os princípios éticos estabelecidos nesse Código, bem como em atendimento às leis e normas aplicáveis à Unicasa. É expressamente proibido aos Colaboradores da Unicasa oferecer presentes ou benefícios a funcionários públicos, seus familiares ou equiparados, seja diretamente ou por terceiros”*.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas; e

A Companhia possui um Canal de Denúncias para que possam ser feitos relatos e um Comitê de Ética que analisa os relatos realizados.

Atualmente, a Companhia possui pouco relacionamento com a administração pública, e, portanto, entendemos que as medidas adotadas são adequadas ao risco. Na medida em que o relacionamento com a administração pública se tornar mais relevante, as medidas e procedimentos serão reavaliados.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; e

Em 27 de abril de 2022, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a criação do comitê não estatutário de Ética, que atua no sentido de monitorar o cumprimento do Código de Conduta.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Sim.

5.3 Programa de integridade

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Unicasa conduz treinamentos anuais e outras iniciativas para a conscientização dos colaboradores a cerca das condutas, conceitos e valores previstos no código de conduta.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O colaborador que violar uma conduta, prática, ou política da Unicasa, bem como legislação ou regulamentação aplicável à empresa, ou permitir que um subordinado o faça, estará sujeito a ação disciplinar, que poderá ser advertência, suspensão, desligamento ou encerramento da relação contratual com a Unicasa.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A empresa possui um código de conduta aplicável aos seus colaboradores, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro de 2021, disponível no site de RI da Companhia e no site da CVM.

https://ri.unicasamoveis.com.br/downloader.php?arquivo=C_digo_de_Conduta_Unicasa.pdf

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um canal de denúncia operado por uma Empresa terceirizada, especializada nesse segmento.

Website: www.contatoseguro.com.br/unicasa

Telefone: 0800-5152204

(c) número de casos confirmados no últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos nos últimos 3 (três) exercícios.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:

A Companhia não adotou controles neste sentido por não apresentar histórico de relações com o setor público e, o fornecimento para a administração pública não faz parte do plano de negócios da Companhia. Caso essa condição seja alterada, a Companhia revisará sua estrutura de controles para mitigar riscos dessa natureza.

5.4 Alterações significativas

Nesses últimos anos em que o ambiente macroeconômico tem pressionado o mercado de móveis planejados, a exposição aos fatores de riscos identificados no item 4.1 e 4.2 deste formulário de referência que são relacionados ao desempenho do mercado, dos lojistas e da Companhia tem aumentado. Entretanto, a Administração acredita estar executando as estratégias adequadas para transpor esse momento econômico adverso e se preparando para um cenário mais próspero no futuro.

Em 2022 a Companhia assinou contrato de aluguel de um ponto de venda na cidade de Nova Iorque, a loja foi inaugurada em outubro de 2023. Em janeiro de 2023, a loja Dell Anno em Miami, na Flórida, que antes era exclusiva, foi convertida em loja própria, sob a razão social Dell Anno Miami, LLC, ambas são um acréscimo ao plano de investimento no mercado norte americano, e conseqüentemente ficamos expostos a riscos conforme comentado no item 4.1.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.